BIDB11

Inter Infra FIC FI – Infra listado

Relatório Trimestral

Setembro de 2022



interdtvm interasset

Os primeiros 12 meses do BIDB11

Ao final de setembro, completamos 12 meses desde a listagem do BIDB11 e, em função disso, gostaríamos de utilizar este relatório trimestral para realizar uma retrospectiva do ambiente macroeconômico neste primeiro ano. A justificativa para a escolha do tema recai sobre o fato que os efeitos deste tema para a performance da cota patrimonial do fundo foram bastante relevantes no período. Eles ocorreram principalmente por meio da alta volatilidade da curva de juros real no Brasil e pelo carrego do IPCA nos ativos da carteira do fundo.

Logo no último trimestre de 2021, a preocupação com a inflação que já vinha sendo um tema recorrente de atenção no Brasil, consolidou-se também como o principal tema global para os mercados, ainda que de maneira bastante incipiente naquele momento. A percepção até então era que os efeitos inflacionários eram mais transitórios e associados a choques de oferta, mas já estavam no radar os temas: Disrupções nas cadeias globais de suprimentos, escassez de energia e retração nas forças de trabalho. Assim, a possibilidade de persistência inflacionária associada a esses componentes começou a pressionar a alta das taxas de juros globais.

Os bancos centrais de alguns países emergentes, incluindo o Brasil, se anteciparam e aceleraram a elevação de juros, enquanto as autoridades monetárias das economias desenvolvidas se encaminharam para encerrar o fim de seus programas de ativos e começaram a comunicar sobre o início de ciclo contracionista monetário com elevação das taxas de juros.

No Brasil, a despeito do Banco Central local ter iniciado a elevação da taxa Selic em março/2021, o primeiro mês de performance do fundo após o IPO foi marcado por uma deterioração significativa do cenário macroeconômico. Com a aceleração da inflação e a proximidade do fim do auxílio emergencial, a popularidade do governo foi negativamente afetada e, em função disso, foi feita uma opção pela mudança na regra do teto dos gastos. O cenário macroeconômico local passou a ser de aceleração da inflação e desorganização fiscal.

No mês seguinte, a volatilidade seguiu elevada ao ter o aparecimento da variante Ômicron em adição aos temas inflação global persistente e desorganização fiscal no Brasil. Assim, passou a ficar mais evidente que as condições financeiras amplamente estimulantes, especialmente na forma de transferência de renda às famílias, geraram um excesso de demanda por bens e serviços, contribuindo para a disseminação da inflação sobre os preços. Ainda assim, a postura da política monetária nas economias desenvolvidas seguiu extremamente relaxada. Neste momento, o Federal Reserve - Fed, por exemplo, apenas deixou de utilizar o adjetivo “transitório” para qualificar a inflação.

No cenário doméstico, o mercado começou a precificar uma perda de credibilidade do governo na condução da economia após a quebra intencional do teto de gastos e um princípio de ruído adicional na esfera política por atividades prematuras associadas a corrida eleitoral.

No último mês de 2021, o Fed confirmou as expectativas de ajuste na trajetória da política monetária ao dobrar o ritmo mensal de redução nas compras de ativos, sinalizando o encerramento do programa (de compras) até o final do primeiro trimestre de 2022. Com isso, ele abriu espaço para o início da elevação da alta de juros para o mês de março de 2022 (um ano após o início do ciclo de aperto monetário implementado pelo Banco Central do Brasil).

Os riscos geopolíticos também começaram a se intensificar no final de 2021, até então com três frentes de atrito nessa esfera. A primeira, o aumento da probabilidade de deflagração mais iminente da situação envolvendo Ucrânia e Rússia. As outras duas frentes de preocupação naquele momento eram elevação do Irã à condição de potência nuclear e situação vulnerável de Taiwan ante a ampliação da influência chinesa.

No Brasil, as projeções para o IPCA de 2021 atingiram um patamar próximo a 10% e geraram expectativas negativas para as projeções de 2022. O viés do mercado nas revisões das projeções embutia riscos majoritariamente para cima nessa variável para o ano seguinte. A tendência para o início de 2022 era que este cenário inflacionário adverso seguisse contribuindo para a erosão da popularidade presidencial, com riscos de maior pressão por ações de cunho populista por parte do governo no ano eleitoral.

Neste cenário conturbado e com muita volatilidade, encerramos o primeiro trimestre do fundo e o ano de 2021. Em resumo, a curva de juros real sofreu grande impacto e ficou bastante volátil em função das grandes surpresas inflacionárias e de uma mudança tardia de postura dos bancos centrais das principais economias mundiais em reconhecer que as pressões nos preços eram mais disseminadas e persistentes.

Os principais temas macroeconômicos para 2022 passaram a ser relacionados ao impacto da normalização monetária sobre as economias e mercados e ao aperto das condições financeiras. Em termos de número de riscos para o ano, a lista parecia pequena, mas seu efeito sobre a volatilidade dos mercados se mostrou bastante forte ao longo do ano. No Brasil, em adição a esses pontos de preocupação global, ainda passamos a contar com uma incerteza acerca da âncora fiscal a vigorar a partir de 2023 e com maior ruído político em ano eleitoral. Ou seja, o novo ano se iniciou com um elevado grau de incertezas e um cenário macroeconômico bastante nebuloso.

Neste cenário, o Banco Central do Brasil passou a poder contar apenas com a política monetária para tentar combater o cenário inflacionário, o que de certa forma o forçou a implementar uma contração monetária mais intensa do que o inicialmente pretendido e esperado pelo mercado.

E sobre esse ambiente volátil com inflação elevada, a partir de fevereiro o mundo passou a contar com um choque adicional de oferta de grande magnitude oriundo do início da guerra entre Rússia e Ucrânia. A Rússia é o maior produtor e exportador mundial de petróleo e produtor de destaque de diversas outras commodities metálicas e agrícolas, além de fertilizantes. Assim, a natureza do conflito, é inflacionária.

Além disso, no médio e longo prazo, a invasão deverá trazer inúmeras consequências políticas e econômicas para o mundo. É provável que muitos países passem a considerar como segurança nacional um controle maior militar, alimentar e na produção de energia, afetando decisões de investimento e localização de matrizes energéticas, cadeias produtivas de insumo e produtos chaves, nacionalidade de fornecedores estratégicos, entre outros. E esse ponto também poderá ter consequências inflacionárias para o cenário global em um futuro não tão distante.

É importante destacar que política monetária tem efeitos defasados longos e variáveis, e isso indica que as economias e mercados deverão começar a sentir a força da retirada quase sincronizada de estímulos monetários pelo mundo apenas futuramente (talvez até apenas a partir de 2023). Em função disso, no primeiro semestre de 2022, o mercado passou a se preocupar com o risco de recessão global resultado desta retirada de estímulos, mas com uma dificuldade muito grande de precificar quando e em qual magnitude isso ocorreria.

No Brasil, os seis primeiros meses do ano seguiram com inflação elevada e disseminada e com o Banco Central do Brasil implementando sucessivas elevações da taxa Selic. A atividade econômica surpreendeu positivamente e foi lastreada por um bom ritmo na concessão de crédito e bom desempenho do mercado de trabalho, o que contribuiu ainda mais para pressionar a inflação no país.

Ao final de junho, com a proximidade das eleições e em função dos efeitos ruins sobre a popularidade do governo, Bolsonaro sancionou o projeto que reduziu o ICMS de combustíveis, energia e telecom, com efeitos que passaram a ser sentidos no IPCA a partir de julho, adicionando novas pressões aos gastos fiscais fora do teto dos gastos no período pré-eleitoral, mas reduzindo significativamente as projeções de inflação para 2022.

No mês seguinte, apesar dos núcleos de inflação ainda elevados e expectativas de inflação de médio e longo prazo ainda bastante acima das metas dos próximos anos, o Banco Central do Brasil optou por contar com o impacto defasado do relevante aperto monetário iniciado em março de 2021 e optou por interromper o ciclo de alta na taxa de juros em 13,75%. A sua expectativa passou a ser de manter a Selic em patamar elevado por um longo período para recolocar a inflação em trajetória de convergência à meta a partir de 2024.

No cenário global, em agosto, a inflação voltou a ganhar destaque como o tema mais importante, após dois meses de preocupação mais voltada para a recessão econômica mundial. Com atividade robusta, crise energética na Europa e resiliência nos mercados de trabalho, os bancos centrais passaram a sinalizar maior aperto monetário à frente. Em setembro, após nova aceleração da inflação, o Fed precisou sinalizar uma taxa de juros final mais elevada, próxima a 5%. A taxa real de juros americana das TIPS de 10 anos atingiu um patamar positivo de 1,5%, movimento que intensificou a piora dos preços de ativos de risco, como bolsas, moedas e spreads de crédito, e levou o nível das condições financeiras nos Estados Unidos para um patamar restritivo.

Em paralelo, o cenário ainda piorou com a programação do encerramento da venda de reservas estratégicas de petróleo de diversos países nos próximos meses e com a perspectiva de corte de produção por parte da OPEC.

No Brasil, passamos pelo primeiro turno das eleições, e apesar da liderança de Lula, o resultado do segundo turno ficou bem mais incerto, além de ter surpreendido a performance mais sólida das forças de centro direita nas eleições da Câmara de Deputados e Senado.

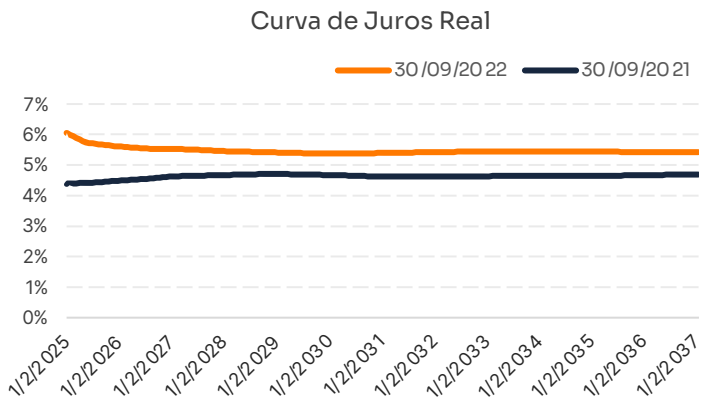
Essa composição pode fazer com que o próximo governo adote um programa mais ortodoxo, independente de quem venças de eleições presidenciais. Esses resultados preliminares eleitorais em conjunto com o fim do atual ciclo de aperto monetário podem significar o início de um cenário mais construtivo para o Brasil a partir do próximo ano. Um possível cenário de maior convergência do IPCA em direção às metas inflacionárias poderá abrir espaço para reduções robustas nos atuais níveis de juros reais. No entanto, será preciso ter cautela principalmente com os ventos externos adversos que ainda podem gerar muita volatilidade aos mercados local e global e com uma sinalização mais clara de como ficará a política fiscal do próximo governo.

E por que este cenário macroeconômico é tão importante para a gestão deste fundo de renda fixa?

Nos fundos, os ativos de renda fixa são remarcados diariamente a mercado, fazendo com que exista uma volatilidade maior nas cotas patrimoniais dia a dia. Marcação a mercado é um método de cálculo de preços de ativos em que os preços são atualizados para refletir o valor de mercado atual daquele ativo. Esses preços atualizados são calculados a partir das taxas negociadas no mercado diariamente e refletem as condições macroeconômicas, de risco de crédito e liquidez por meio do balanço entre oferta e demanda por aqueles ativos. Apesar de trazer maior volatilidade, esta marcação implica em maior transparência para os investidores.

O mandato do BIDB11 é de investir em debêntures incentivadas com prazos de vencimento mais longos e majoritariamente em ativos indexados ao IPCA. Assim, a marcação a mercado vai flutuar diariamente junto o carrego do IPCA naquele momento, com a curva de juros real do país e com os spreads de crédito das debêntures, sendo que os dois últimos efeitos terão maior magnitude para cima ou para baixo pelo prazo mais longo de vencimento da carteira (efeito *duration*).

Por isso, o tema macroeconômico foi tão importante para explicar a performance do fundo no seu primeiro ano de listagem e seguirá sempre como um tema central pelo mandato de investimento do fundo. Pelo cenário inflacionário que estamos vivendo, tivemos um elevado carrego pela correção do IPCA nos nove primeiros meses e depois três meses de impacto negativo como resultado da deflação gerada pela interferência política nos preços de combustíveis, energia e telecom. Além disso, a curva de juros real nos 12 primeiros meses teve comportamento muito volátil a cada mês e com impacto final relevante negativo, observado pela abertura média entre 70 e 150 bps dependendo do vértice analisado.



Por isso, o tema macroeconômico foi tão importante para explicar a performance do fundo no seu primeiro ano de listagem e seguirá sempre como um tema central pelo mandato de investimento do fundo. Pelo cenário inflacionário que estamos vivendo, tivemos um elevado carrego pela correção do IPCA nos nove primeiros meses e depois três meses de impacto negativo como resultado da deflação gerada pela interferência política nos preços de combustíveis, energia e telecom. Além disso, a curva de juros real nos 12 primeiros meses teve comportamento muito volátil a cada mês e com impacto final relevante negativo, observado pela abertura média entre 70 e 150 bps dependendo do vértice analisado.

Apesar do cenário macroeconômico desafiador e do efeito negativo advindo da abertura da curva de juros real nos últimos 12 meses, por meio da gestão ativa da carteira e boa seleção dos ativos de crédito, a performance da cota patrimonial no fundo no período foi positiva – com um resultado acumulado de 9,61% (ajustado pelas distribuições mensais do fundo), superando seu *benchmark* (Tesouro IPCA/NTN-B com vencimento em 2028) em 1,14% no ano e em linha com seu retorno-alvo. Além disso, o fundo seguiu seu mandato, cumprindo sua função de proteger os cotistas em um cenário de inflação elevada. Nos últimos 12 meses, os cotistas ficaram protegidos investindo em uma carteira pulverizada e com ativos de alta qualidade de crédito e que foi corrigida pelo IPCA de + 7,2% no período.

Olhando para frente, a gestão seguirá o mandato do fundo, com exposição aos juros reais e com foco na geração de resultados de longo prazo e consistentes com este mandato. Além disso, um possível cenário de maior convergência do IPCA em direção às metas inflacionárias poderá ser extremamente benéfico para os resultados futuros (via performance da cota patrimonial) na medida em que poderá abrir espaço para reduções robustas nos atuais níveis de juros reais.

E como estamos falando de um fundo de renda fixa que investe em uma carteira de debêntures de alta qualidade de crédito e bastante líquida, vale destacar que a dinâmica da oscilação da cota patrimonial já reflete o cenário macroeconômico, as dinâmicas dos mercados primário e secundário de debêntures incentivadas e o perfil de risco da carteira. Por isso momentos de descolamentos maiores entre a cota de mercado e a cota patrimonial representam oportunidades de entrada bastante interessantes, especialmente quando ponderados pelas perspectivas de normalização do IPCA mensal, a dinâmica de curva de juros e gestão ativa da carteira na geração de resultados futuros. Nessa classe de ativos, e desde que não haja nenhum problema na carteira do fundo, pode ser mais interessante para os investidores comprarem cotas de um fundo que estão descontadas em relação ao valor justo (cota de mercado abaixo da cota patrimonial), do que um outro que está negociando com um prêmio em relação ao valor justo.

Sobre o fundo

Objetivo

O Fundo buscará uma rentabilidade alvo para as cotas que acompanhe os títulos do tesouro indexados à inflação com *duration* média (prazo médio ponderado) similar à da carteira do Fundo, acrescida de sobretaxa (*spread*) de 1% (um inteiro por cento) a 1,5% (um inteiro por cento e cinquenta centésimo por cento) ao ano, considerando as distribuições periódicas.

Tributação

Isenção de tributação nos rendimentos e no ganho de capital na venda da cota. Alíquota de imposto de renda de 0% apenas para pessoas físicas. Pessoas jurídicas estão sujeitas à alíquota de 15% nos termos do art. 3º § 1º da Lei 12.431/2011

Características

Início do fundo: Setembro 2021

Código B3: BIDB11

Código ISIN: BRBIDBCTF001

CNPJ: 42.294.971/0001-31

Categoria ANBIMA: Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre

Segmento: Infraestrutura

Gestor: Inter Asset

Administrador: Inter DTVM

Público-alvo: Investidor em geral

Taxa de administração: 0,80% a.a.

Retorno-alvo: NTN-B 28 + 1%-1,5% a.a.

Taxa de performance: Não há

Liquidez: D+2 dias úteis (listado) [6]

Overview do fechamento [1]

R$ 126 MM
Patrimônio Líquido

3.525
Cotistas

6,2 anos
Duration da carteira de crédito [2]

24 Emissores
No portfólio [2]

IPCA+7,68%
Carrego da carteira de crédito [3]

R$ 93,92
Cota Patrimonial [4]

R$ 0,50/cota
de Distribuição

0,58%
Yield mês [5]

Fonte: Inter Asset, Inter DTVM, B3

1 Todas as informações se referem ao fechamento de janeiro, com data-base em 30/09/22.

2 Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO).

3 Carrego da carteira de crédito do fundo Master.

4 Valor sem dedução do montante a ser distribuído em Outubro-22.

5 Yield calculado com base na cota de mercado no dia 30/09/22.

6 Prazo dependente das condições de liquidez do mercado secundário.

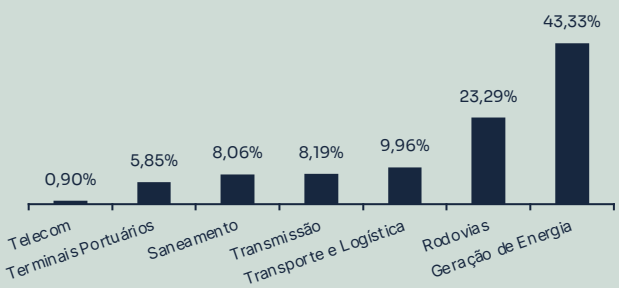
Visão do Portfólio

Carteira de Crédito [2]

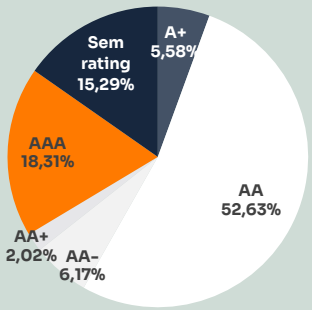
	Emissor	Setor	Rating	12.431?	Volume (R$ milhões)	Peso	Indexador	MTM	Duration	Spread NTN-B (MtM)
AEAB11*	AES Cajuína	Geração de Energia	AA	Sim	2.657.973	2,11%	IPCA	6,93%	9,15	1,19%
ANEM11	Anemus	Geração de Energia	AA	Sim	13.406.276	10,62%	IPCA	7,85%	7,16	2,07%
ASAB11	Asa Branca	Geração de Energia	AA	Não	5.100.147	4,04%	IPCA	7,72%	4,64	1,89%
CART13	CART	Rodovias	AA+	Sim	2.393.197	1,90%	IPCA	7,13%	6,20	1,38%
CJEN13	TESC	Terminais Portuários	A+	Sim	6.621.896	5,25%	IPCA	7,74%	6,00	1,96%
CRMG15	Nascentes das Gerais	Rodovias	AA	Sim	8.566.000	6,79%	IPCA	7,54%	4,23	1,65%
GTSA11	Goias Transmissora	Transmissão	AAA	Não	4.939.653	3,91%	IPCA	7,62%	4,64	1,73%
HARG11	Ecovias do Araguaia	Rodovias	AAA	Sim	2.418.574	1,92%	IPCA	7,19%	6,58	1,44%
HGLB12	Highline	Telecom	Sem rating	Não	1.021.119	0,81%	CDI	9,14%	3,02	3,03%
HZTC14	Orizon	Saneamento	AA	Sim	2.129.816	1,69%	IPCA	6,93%	6,04	1,20%
HZTC24	Orizon	Saneamento	AA	Não	1.069.793	0,85%	CDI	8,36%	4,29	2,43%
HVSP11	Hélio Valgas	Geração de Energia	Sem rating	Sim	6.214.679	4,92%	IPCA	8,02%	7,35	2,16%
IFPT11	Ifin Participações	Saneamento	Sem rating	Não	5.915.777	4,69%	IPCA	7,98%	5,34	2,13%
MTRJ19	Metrorio	Transporte e Logística	AA	Sim	4.123.491	3,27%	IPCA	8,10%	4,71	2,25%
MEZ511	MEZ 5 Energia	Transmissão	AAA	Sim	4.331.522	3,43%	IPCA	7,03%	8,69	1,24%
PEJA11*	Petrorio	Petróleo e Gás	AA	Sim	6.007.474	4,76%	IPCA	7,45%	5,66	1,57%
RATL11	Rota do Atlântico	Rodovias	AA-	Sim	2.687.152	2,13%	IPCA	7,68%	7,10	1,84%
RDVE11	RDVE	Geração de Energia	AA	Sim	4.093.864	3,24%	IPCA	7,18%	6,15	1,37%
RODB11	Rodovias do Brasil	Rodovias	AA-	Não	1.116.993	0,88%	CDI	8,79%	5,06	2,89%
TBCR18	Transbrasiliana	Rodovias	Sem rating	Sim	4.998.320	3,96%	IPCA	8,73%	5,19	2,78%
UHSM12	UHE São Simão	Geração de Energia	AAA	Sim	2.894.537	2,29%	IPCA	6,82%	8,65	1,04%
UNEG11	GNA UTE I	Geração de Energia	AA	Sim	11.142.407	8,83%	IPCA	7,21%	8,80	1,41%
VAMO33	Vamos	Transporte e Logística	AAA	Não	7.152.137	5,67%	IPCA	8,30%	5,96	2,49%
VIMT13	Via Brasil MT 320	Rodovias	AA	Sim	4.171.487	3,30%	IPCA	7,92%	6,40	2,13%
VSJH11	Ventos de São Jorge	Geração de Energia	AA-	Sim	3.521.612	2,79%	IPCA	7,37%	3,02	1,36%

* Ativos em lock-up | [2] Portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32, (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO)

Distribuição por Setor [7]



Distribuição por Rating [7]



25 ativos Carteira de Crédito [2]

6,2 anos Duration

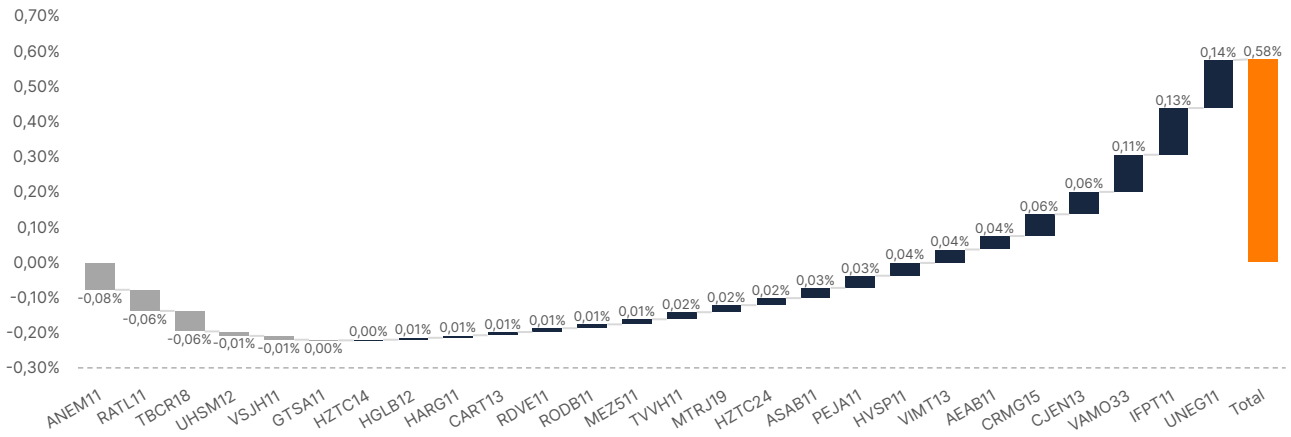
IPCA+7,68% Carrego [3]

IPCA+5,73% NTN-B 28

1,85% Spread

Data-base: 30/09/2022 | [7] Números referentes a carteira de crédito do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO) de CNPJ 41.953.322/0001-32, e não contempla os resultados dos títulos públicos, a parcela em compromissadas e os custos do Infra Master e FIC.

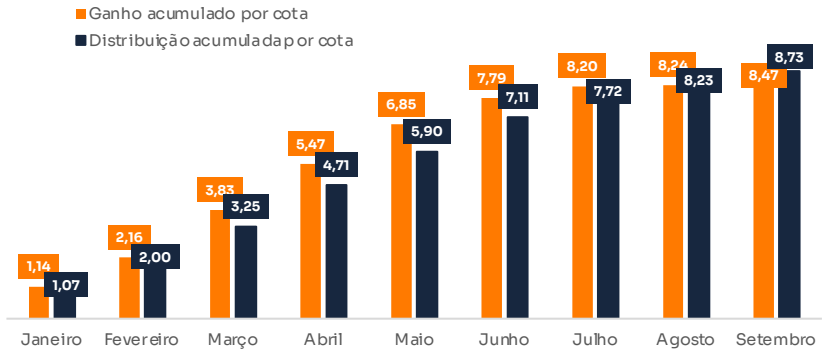
Atribuição de Performance [2]



A atribuição mensal considera o resultado percentual em relação ao patrimônio líquido do início do mês segregando o efeito de cada ativo em (i) compra/venda de ativos; (ii) efeito curva; (iii) efeito *spread*; e (iv) efeito carrego. O cálculo do efeito carrego trava o carrego do ativo em relação a marcação a mercado do fechamento do mês anterior.

Ativos	Impacto de negociação de ativos	Oscilação da curva de juros reais	Oscilação do spread de crédito	Carrego IPCA e juros reais s/ oscilação de crédito	Recebimento de cupom de juros	Total
AEAB11	0,00%	0,03%	0,03%	-0,03%	0,00%	0,04%
ANEM11	0,00%	0,12%	-0,23%	0,03%	0,00%	-0,08%
ASAB11	0,00%	0,02%	0,00%	0,01%	0,00%	0,03%
CART13	0,00%	0,01%	-0,01%	0,00%	0,00%	0,01%
CJEN13	0,00%	0,05%	0,00%	0,01%	0,00%	0,06%
CRMG15	0,01%	0,02%	0,01%	0,02%	0,00%	0,06%
GTSA11	0,00%	0,01%	0,02%	-0,04%	0,00%	0,00%
HARG11	0,00%	0,02%	-0,02%	0,00%	0,00%	0,01%
HVSP11	0,00%	0,06%	-0,04%	0,01%	0,00%	0,04%
HZTC14	0,00%	0,02%	-0,02%	0,00%	0,00%	0,00%
IFPT11	0,00%	0,09%	0,07%	-0,03%	0,00%	0,13%
MEZ511	0,00%	0,06%	-0,03%	-0,02%	0,00%	0,01%
MTRJ19	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%	0,02%
PEJA11	0,00%	0,02%	0,00%	0,01%	0,00%	0,03%
RATL11	0,00%	0,01%	-0,08%	0,01%	0,00%	-0,06%
RDVE11	0,00%	0,04%	-0,03%	0,01%	0,00%	0,01%
TBCR18	0,00%	0,02%	-0,15%	0,07%	0,00%	-0,06%
TVVH11	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%
UHSM12	-0,02%	0,06%	-0,07%	0,01%	0,00%	-0,01%
UNEG11	0,00%	0,16%	-0,04%	0,02%	0,00%	0,14%
VAMO33	0,00%	0,06%	0,03%	0,02%	0,00%	0,11%
VIMT13	0,01%	0,04%	-0,02%	0,01%	0,00%	0,04%
VSJH11	0,00%	0,02%	-0,01%	-0,02%	0,00%	-0,01%
HGLB12	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%
HZTC24	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	0,00%	0,02%
RODB11	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%
NTN-B 28	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total [11]	**0,01%**	**0,98%**	**-0,59%**	**0,17%**	**0,00%**	**0,58%**

Ganho por cota x Distribuição por cota no ano



Para o cálculo da distribuição mensal de rendimentos, a metodologia consiste na distribuição do montante de rendimentos da carteira de crédito em relação ao patrimônio líquido, equivalente a parcela do carrego mensal da carteira (IPCA + *spread* ou CDI + *spread*), mas considerando as taxas de compra de cada ativo.

2 Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO).
| 11 Resultado final do INTER INFRA MASTER, contemplando carrego do caixa, custos e ajustes de cota.

Demonstração de Resultado

	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abril/22	Maio/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	Set/22	Acumulado Ano
Receitas	(982.564,33)	5.151,58	4.580.824,13	1.243.543,82	1.757.186,56	509.366,86	(792.807,08)	985.870,13	725.666,73	8.032.238,40
Ganho com carrego IPCA + juros reais	1.337.761,37	1.612.442,85	2.213.767,54	2.235.042,54	1.870.381,33	(928.076,26)	1.356.647,47	(76.973,47)	215.887,40	9.836.880,76
Ganho com recebimento de cupom de juros	274.899,39	20.962,62	168.451,07	181.796,90	91.013,23	2.135.999,77	730.332,42	167.682,84	-	3.771.138,24
Ganho (perda) com oscilação da curva de juros reais	(2.718.901,26)	(1.232.404,81)	2.297.507,15	(1.339.560,70)	(519.713,98)	(1.325.884,31)	(2.214.632,68)	1.397.548,97	1.244.977,07	(4.411.064,55)
Ganho (perda) com fechamento (abertura) de *spread*	160.978,30	(393.604,41)	(100.229,65)	158.474,80	312.680,07	726.031,18	(649.607,50)	(389.393,55)	(740.137,98)	(914.808,73)
Ganho (perda) com negociação de ativos no secundário	(37.302,13)	(2.244,67)	1.328,03	7.790,28	2.825,91	(98.703,52)	(15.546,79)	(112.994,66)	4.940,24	(249.907,31)
Ajuste DAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa	13.538,42	8.870,97	7.338,85	7.366,65	12.437,85	18.111,44	12.482,38	10.330,27	12.578,80	103.055,63
Resultado bruto	**(969.025,91)**	**14.022,55**	**4.588.162,98**	**1.250.910,47**	**1.769.624,41**	**527.478,30**	**(780.324,70)**	**996.200,40**	**738.245,53**	**8.135.294,03**
Taxa de administração	(90.412,42)	(81.501,48)	(93.640,48)	(82.396,33)	(94.904,76)	(90.423,10)	(87.974,73)	(89.575,35)	(88.436,89)	(799.265,53)
Outras despesas	(25.930,60)	(34.916,81)	(38.487,70)	(34.255,05)	(37.083,12)	(32.150,08)	(28.676,47)	(36.439,15)	(26.784,00)	(294.722,98)
Ajuste	(156,92)	(164,84)	0,02	1.127,93	7.878,24	(4,78)	-	8.498,41	0,02	17.178,07
Resultado líquido	**(1.085.525,85)**	**(102.560,58)**	**4.456.034,82**	**1.135.387,02**	**1.645.514,77**	**404.900,34**	**(896.975,90)**	**878.684,31**	**623.024,66**	**7.058.483,59**
Quantidade de Cotas [12]	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099
Resultado por Cota [13]	(0,81)	(0,08)	3,31	0,84	1,22	0,30	(0,67)	0,65	0,46	5,25

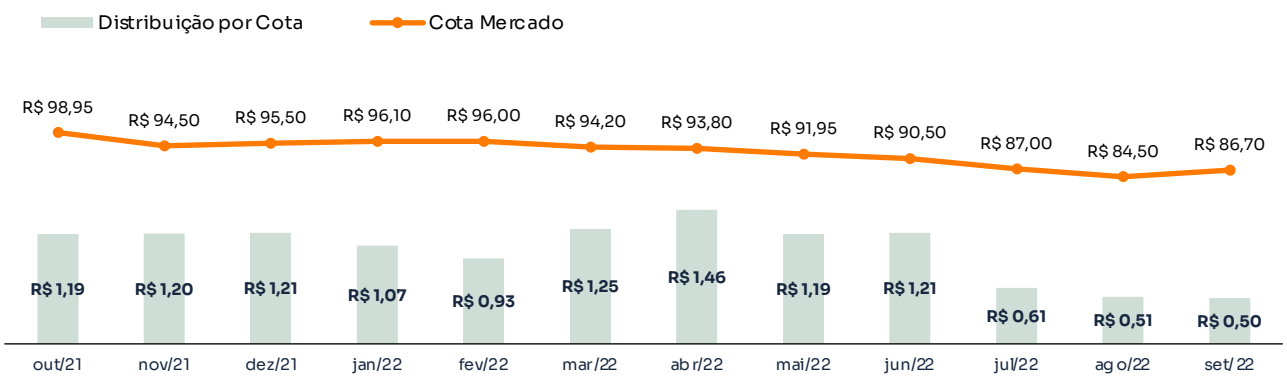
12 Refere ao INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO – BIDB11 | 13 O resultado apresentado foi calculado através do regime de competência, e portanto sujeito a movimentos que não serão refletidos no resultado calculado através do regime caixa.

Cronograma de Rendimentos e Cota

12ª Distribuição de Rendimentos

Referência	Setembro
Data de anúncio	30/09/2022
Data de pagamento	17/10/2022
Distribuição por cota	R$ 0,50
Cota de mercado no fechamento	R$ 86,70
Dividend Yield Mês [5]	0,58%
Distribuição por cota acumulado	R$ 12,33

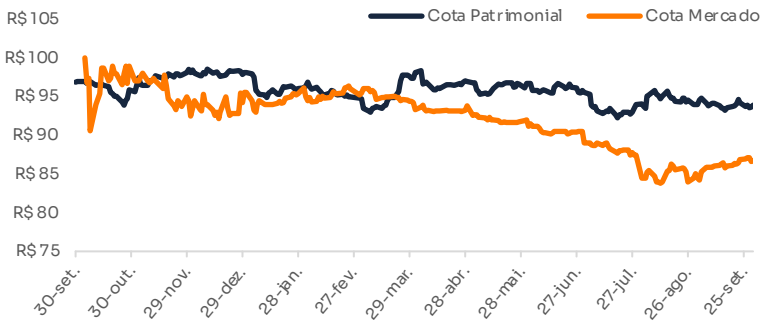
* De acordo com o Capítulo VIII do Regulamento do fundo Inter Infra FIC - BIDB11, o fundo incorpora todos os resultados em seu patrimônio líquido diário e, por isso, as distribuições de rendimentos aos cotistas serão feitas regularmente. A distribuição anunciada foi calculada a partir dos **juros recebidos das debêntures incentivadas pelo fundo no mês**, além da **antecipação do pagamento da correção monetária da carteira de crédito pelo IPCA mensal**. O gestor buscará realizar as **distribuições periódicas mensalmente**.



Data-base: 30/09/22 | Fonte: B3 | [5] Yield calculado com base na cota de mercado no fechamento|. [10] Cota a valor de mercado no último dia útil do mês.

Mercado

Cota Patrimonial vs. Cota de Mercado [8]



Volume de Cotas Negociados na B3 [8]

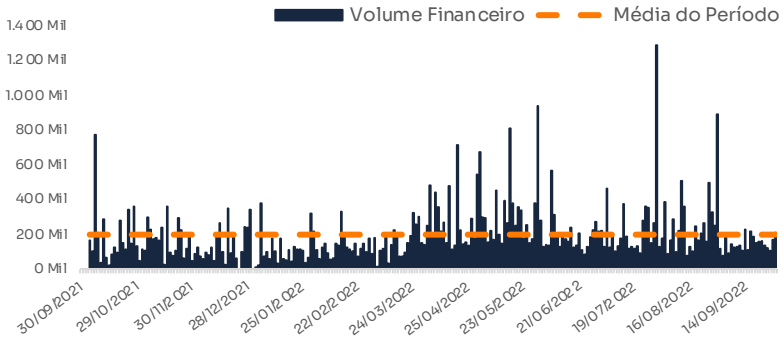


Tabela de precificação

Líquida de Custos e Isenta de IR para PF [9]

Preço da Cota	Taxa Equivalente (IPCA +)
R$ 85,00	8,97%
R$ 86,00	8,79%
R$ 87,00	8,61%
R$ 88,00	8,43%
R$ 89,00	8,26%
R$ 90,00	8,08%
R$ 91,00	7,91%
R$ 92,00	7,74%
R$ 93,00	7,58%
R$ 94,00	7,41%

* Cotas não ajustadas pelos rendimentos.

92,31 %
P/VPA* em 30/09/22

R$ 117 Milhões
Market Cap em 30/09/22

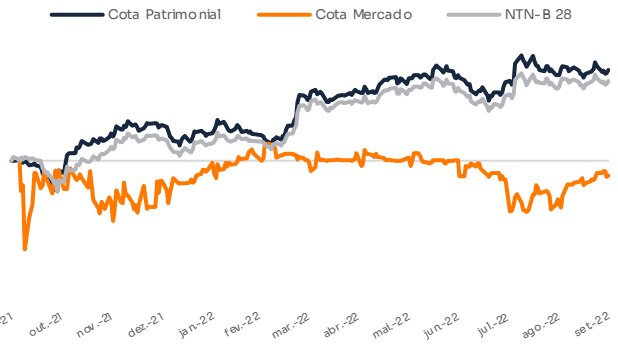
Rentabilidade [12]

Considerando as distribuições no período

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO	ACUM.[1]
2022	Cota Patrimonial	-0,82%	-0,10%	3,53%	0,87%	1,27%	0,31%	-0,70%	0,69%	0,49%				5,62%	9,61%
	Cota Mercado	1,94%	1,02%	-0,92%	0,90%	-0,43%	-0,29%	-2,05%	-2,68%	3,21%				0,56%	-1,56%
	NTN-B 28	-0,49%	0,26%	3,31%	0,85%	1,10%	0,13%	-0,74%	0,89%	0,59%				6,00%	8,47%
2021	Cota Patrimonial										-1,05%	3,99%	0,85%	3,78%	3,78%
	Cota Mercado										-1,05%	-3,33%	2,34%	-2,11%	-2,11%
	NTN-B 28										-2,06%	3,99%	0,85%	2,71%	2,71%

Com base na cota patrimonial ajustada, que considera a valorização dos ativos que compõem a carteira e incorpora os valores distribuídos no período, o fundo BIDB11 obteve uma rentabilidade superior a seu benchmark (NTNB28) desde sua criação, há 12 meses.

Considerando o preço de negociação das cotas, a rentabilidade pode divergir e não acompanhar o *bechmark*. Isso porque, sendo o Inter Infra FIC um fundo listado em bolsa, a cota de mercado depende também de fatores de mercado (oferta e demanda), e não reflete necessariamente a qualidade da carteira de crédito (representado pela cota patrimonial).



Data-base: 30/09/2022 | [8] Início das negociações do fundo: 06/10/2021 | [9] Exercício foi feito com base na carteira do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, que alocada seus recursos no INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP de CNPJ 41.953.322/0001-32, com carteira apresentada anteriormente. | 12 Exercício feito usando a rentabilidade final somado às amortizações do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO (BIDB11) como base. Houve mudança na metodologia de cálculo: A distribuição passou a ser adicionada no terceiro dia útil de cada mês (data de impacto na cota patrimonial).

Descrição dos Ativos

Anemus Wind S.A. 2WEnergia	ANEM11	O Complexo Eólico Anemus Wind é composto por três parques eólicos em fase pré-operacional, no Estado do Rio Grande do Norte. Com capacidade instalada de 138,6 MW, o parque vendeu energia em PPAs de médio prazo no mercado livre. O perfil dos clientes é pulverizado, com exceção do PPA da Copel (AAA) que será responsável por cerca de 1/3 da garantia física do projeto. A emissão contará com fiança bancária do BTG e do Sumitomo até finalização do projeto. Após o *completion*, contará com as garantias usuais de projeto, como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
Asa Branca Holding S.A. ContourGlobal	ASAB11	Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos já operacionais desde 2013, com 160 MW de capacidade instalada. O projeto, localizado no Rio Grande do Norte, apresenta um longo histórico de geração e energia contratada no mercado regulado até o vencimento da debênture. A Companhia tem como acionistas a Contour Global, presente em 20 países com um total de 117 plantas de geração e energia, sendo 85 renováveis e rating global BB- pela Fitch. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
PetroRio S.A. PetroRio	PEJA11	A PetroRio ou PRIO, é um dos maiores produtores de petróleo independente do Brasil. Sua estratégia é focada na revitalização de campos offshore adquiridos das Major Oil Companies como a Petrobras. Tal estratégia consiste em adquirir um campo de produção maduro e realizar investimentos visando ampliar o volume de óleo extraído diariamente e consequentemente ampliar a vida útil econômica de tal campo. O portfólio da PRIO atualmente conta com os campos de Frade, Polvo, Tubarão-Martelo e Manati. Todos eles juntos fazem com que a capacidade produtiva da companhia seja de cerca de 33 mil barris de óleo equivalente por dia (boe/d). No primeiro trimestre de 2023 é esperado que a transação com a Petrobras envolvendo o campo de Albacora Leste seja concluída, de forma que a PRIO passará a produzir aproximadamente 70 mil boe/d. A PRIO ainda detém 64,30% de participação no campo de Wahoo, que ainda não iniciou sua produção. De acordo com o planejamento da empresa, o campo deverá ter seu first oil em 2024 e a produção combinada de todos os campos deverá superar a marca de 100 mil boe/d em 2025. A companhia é listada na B3 sob o ticker PRIO3 desde 2015 e atualmente possui um valor de mercado de aproximadamente R$ 25 bilhões e uma alavancagem de -0,2x, dado que possui um caixa líquido de aproximadamente R$ 1 bilhão. A operação possui um prazo de 10 anos e rating br AA pela S&P.
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. CART	CART13	A Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) detém a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 km entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo. O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá. O contrato de concessão possui vencimento previsto em 2039, na qual a Companhia já cumpriu com cerca de 97% das obrigações de investimento. A Companhia possui como acionistas o Pátria Investimentos, uma das maiores gestoras de investimentos alternativos no Brasil, com mais de US$ 50 bilhões sobre gestão, e o GIC, o fundo soberano do governo de Singapura que possui um portfólio global com cerca de US$ 550 bilhões em ativos sob gestão. A empresa foi finalista do Prêmio Concessionária do Ano em 2020 em 4 categorias, sendo primeira colocada na categoria "Inovação" e segunda colocada nas categorias "Concessionária do Ano", "Eficiência nos Serviços Operacionais" e "Segurança Rodoviária". A operação possui rating AA-, pela S&P, e possui como garantias o penhor de ações da Companhia e a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão.
Concessionária da Rodóvia MG-050 S.A. abnascentes das gerais	CRMG15	A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265. O contrato de concessão, assinado em 2007, possui prazo de vencimento em 2032. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia, na qual a região é característica por forte atividade econômica de setores, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. A Companhia possui como acionista a AB Concessões, holding que possui 3 concessões rodoviárias em seu portfólio e é controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia. A emissão possui rating AA+, pela S&P, e possui como garantias a alienação fiduciária das ações da Companhia, a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e a fiança da AB Concessões até o *completion* do projeto.
Goiás Transmissão S.A. Goiás MGE	GTSA11	A Companhia possui a concessão das linhas de transmissão Rio Verde Norte-Trindade, Trindade-Xavantes, Trindade-Carajás e da subestação Trindade até 2040. O projeto entrou em operação comercial em outubro de 2013. A Companhia tem como acionistas controladores Furnas, subsidiária da Eletrobrás (49%), e o Grupo Energia Bogotá - GEB (51%). A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas a cessão fiduciária das ações da Goiás Transmissora e cessão fiduciária dos direitos oriundos dos contratos de concessão.
IFIN Participações S.A. Águas Guariroba	IFPT11	Holding detentora de 100% das ações PN (32,08% das ações totais) de emissão da Águas de Guariroba. O serviço da dívida das debentures será pago com os dividendos da empresa de saneamento. A Águas de Guariroba possui rating AA (bra) pela Fitch, e já é um ativo maduro, com um atendimento de água de 100% e atendimento urbano de esgoto de 84%. Tem como acionista controlador a AEGEA, maior empresa privada de saneamento privado do país. A emissão tem como garantia as ações PN de emissão da Águas de Guariroba.

Descrição dos Ativos

Ecovias do Araguaia S.A.	HARG11	A Holding do Araguaia, empresa na qual a Ecorodovias detém 65% e a GLP detém 35% de participação (Consórcio Eco 153), possui 100% do capital da Ecovias do Araguaia. A Ecovias do Araguaia é responsável pela exploração por 35 anos, prorrogáveis por mais 5 anos, do sistema rodoviário composto por 840,7 Km BR-153/414/080/TO/GO. O trecho leiloado é a principal ligação dos estados do Tocantins, do Maranhão, do Pará e do Amapá com o centro-sul do país. O leilão foi vencido pelo Consórcio Eco 153 em abril de 2021, e o contrato de concessão foi assinado em outubro de 2021. A Ecorodovias é a maior operadora de concessões rodoviárias do Brasil em termos de quilômetros administrados, com 3.892 quilômetros sob gestão. A GLP é líder global em gestão de investimentos e negócios em logística, *real estate*, infraestrutura, finanças e tecnologias relacionadas, contendo operação no Brasil, China, Europa, Índia, Japão e EUA com US$ 100 bilhões de ativos de *real estate* e fundos de *private equity* sob gestão. A operação possui rating AAA, pela S&P, e possui como garantias a fiança da Ecorodovias, a alienação fiduciária das ações, a cessão fiduciária dos dividendos pagos e a cessão fiduciária de conta vinculada da Companhia.
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.	TBCR18	A Transbrasiliana é responsável pela administração da concessão do trecho de 321,6 quilômetros da BR-153, entre a divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais até a divisa de São Paulo com o Paraná. A BR-153 é a principal ligação do Meio-Norte do Brasil (estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) com a Região geoeconômica Centro-Sul do país. Devido a esse fato e somado ao grande fluxo de veículos, a BR-153 é considerada atualmente como uma das principais rodovias de integração nacional do Brasil. A concessão, que tem prazo de 25 anos iniciado em fevereiro de 2008, faz parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo Federal e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT. O contrato de concessão é válido até 14 de fevereiro de 2033. A operação conta uma estrutura bastante robusta, que inclui garantias reais relacionadas a operação de uma usina hidroelétrica (Tijoá que administra a Usina Hidroelétrica Três Irmãos). Desta estrutura, merecem destaque os indicadores de alavancagem máxima, ICSD mínimo e travas relacionadas à distribuição de dividendos, redução de capital social, captação de novas dívidas, além do pacote de garantias composto por alienação fiduciária das ações da Transbrasiliana, da Tijoá e da Juno, cessão fiduciária dos recebíveis da Transbrasiliana e dos dividendos da Tijoá e cessão fiduciária de conta vinculada onde serão retidos recebíveis de pedágio correspondentes a próxima parcela de serviço da dívida.
UTE GNA I Geração de Energia S.A.	UNEG11	Usina termelétrica a gás, já operacional, instalada no Porto Açu juntamente com um terminal de GNL. Destaca-se como uma das maiores termelétricas do país, com capacidade instalada de 1,3 GW. A companhia vendeu energia no mercado regulado em um PPA de disponibilidade e tem como acionistas os próprios *stakeholders* do projeto, sendo eles a Prumo Logística (operadora do terminal portuário), BP Investments (fornecedora do GNL | "A" em escala global), Siemens (O&M e fornecedor das turbinas | "A" em escala global), e como investidor estratégico a SPIC Brasil ("A2" em escala global). A emissão contará com as garantias usuais de projeto como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	VAMO33	A Vamos é uma empresa líder no setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos do Brasil. A Vamos foi constituída com o objetivo de consolidar todas as atividades de locação de longo prazo de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem manutenção, além da rede de concessionárias de caminhões e ônibus da Volkswagen/MAN, e da rede de lojas seminovos. Possui uma rede de 50 lojas com ampla cobertura nacional em 12 estados, contando com a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/Man, com 14 lojas, 19 lojas de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, 4 lojas Fendt, 2 lojas de máquinas da marca Komatsu e 11 lojas de seminovos. Em janeiro de 2021, a Companhia realizou sua oferta pública de ações com captação líquida primária de R$ 842 milhões e, em setembro do mesmo ano, realizou *follow-on* com captação de R$ 1,1 bilhão. A Companhia faz parte do Grupo Simpar, que controla seis empresas independentes que atuam em posição de liderança ou destaque em mercados com alto potencial de crescimento. Das 6 empresas operacionais e da holding, 4 são listadas e possuem ações negociadas no Novo Mercado na B3. A Companhia possui rating AA, pela S&P.
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	VIMT13	A Via Brasil MT-320 é a concessionária responsável, por 30 anos, até 2049, pela operação, manutenção, conservação e melhoria do trecho de 188,2 Km entre Alta Floresta e Nova Santa Helena da MT-320 e MT-208. A Companhia está em uma região estratégica para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. As rodovias estaduais MT-320 e MT-208 são a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste do Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do estado. A Companhia foi constituída por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços para atuar como operadora de serviços públicos concessionados. A operação possui rating AA, pela Fitch, e conta com um pacote de garantias (fiança corporativa até o *completion* físico e financeiro do projeto) a alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e cessão fiduciária das contas do projeto).
Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.	HGLB12	A Highline é uma fornecedora independente de soluções de infraestrutura para o setor de telecomunicações. Fundada em 2012 pelo fundo do Pátria Investimentos, Infraestrutura P2 Brasil, a companhia desenvolve projetos de infraestrutura para o setor de telecom, acelerando a expansão da rede móvel de seus clientes. O core business é a construção, operação e manutenção de sites para a instalação de antenas de comunicação sem fio, sendo essas: (i) Torres; (ii) Rooftops; (iii) Sistemas Indoor DAS; (iv) Small-cells. A Highline é atual investida da Digital Colony (empresa líder global de investimentos dedicada à infraestrutura digital), em conjunto com a AIMCO (um dos maiores e mais diversificados gestores de investimentos institucionais do Canadá) e a seguradora Allianz. Em conjunto esses três investidores detêm 99% da companhia. No último trimestre de 2020, a Highline concluiu a incorporação da Phoenix Tower, adicionando 2400+ sites em seu portfólio e um portfólio de rede móvel da Oi, adicionando 850 sites. Com as aquisições a companhia atingiu cerca de 4500 sites (1250 antes das aquisições), se consolidando como um dos principais nomes do setor no Brasil. A Companhia possui contratos de e longo prazo firmado com as grandes empresas de telecom, com tarifas reajustáveis por inflação, repasse de custos dos terrenos e amarras com multas previstas em caso de rescisão antecipada. Além disso, a Highline possui bom track record de torres entregues e é tida como inovadora entre as operadoras de telecom. Até junho de 2021, a Companhia recebeu R$ 3 bilhões em aportes e possui US$ 400 milhões já comprometidos para futuras injeções de capital. A operação possui pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações e parte dos recebíveis dos contratos de venda da Companhia, além de mecanismo de amortização extraordinária em caso de venda de sites, recebimento de multas em caso de rescisão antecipada de contratos e recebimento de receita de seguros dos ativos da Companhia.

Descrição dos Ativos

AES Cajuína

AESB3

A AES Cajuína é uma subholding controlada integralmente pela AES Brasil, um dos maiores grupos de geração de energia elétrica no país, com 3,7 GW de capacidade instalada em operação e garantia física de 1,6 GWm, incluindo suas participações em ativos não consolidados. O projeto eólico Cajuína é composto por 5 SPEs, estando localizado no Rio Grande do Norte, possuindo 230 MW de capacidade instalada e gerando energia partir de 39 aerogeradores da Nordex de capacidade de 5.9 MW cada. O fator de capacidade em P50 é de 54% e em P90 é da ordem de 47%. Está localizado em uma região que detém um dos melhores recursos eólicos do país. As SPEs comercializaram energia com a AES Brasil Operações e com a Copel, em PPA's com 101 MWm (92,8% do P90) e 4 MWm (3,7% do P90) de capacidade e prazos de 20 e 13 anos, respectivamente. A entrega dos aerogeradores e sua montagem acontecerá ao longo de 2022, indo até o início de 2023. O comissionamento e os testes ocorrerão em 2023 e a operação comercial é esperada para o final do segundo trimestre de 2023. A operação possui rating AA pela Fitch, conta com travas relacionadas à celebração de mútuos, de captação de novas dívidas, de redução de capital social, de distribuição de dividendos e manutenção de ICSD mínimo, além de contar com fiança da AES Brasil por todo o prazo da emissão.

Terminal Santa Catarina S.A.

CJEN12

O TESC – Terminal de Santa Catarina é um terminal multipropósito com 3 berços de atracação próprios em São Francisco do Sul/SC. Arrendado em 1996, com prazo original de 25 anos, teve o contrato renovado em 2017, por igual período, passando a findar no ano de 2046. Atualmente focado em produtos siderúrgicos e celulose, também opera carga geral e de projeto. A principal atividade é um contrato de *take-or-pay* com a ArcelorMittal, com prazo de vencimento em 2031 e valor presente líquido de R$ 700 milhões. Como contrapartida à renovação antecipada do contrato de arrendamento, a Companhia realizará um projeto para implementar estrutura para operação adicional de grãos para exportação, solucionando parte da deficiência da região, e expandindo a diversidade de cargas transportadas no terminal. A Companhia possui como acionistas a BRZ Investimentos (63%), uma das maiores gestoras brasileiras independentes atuantes em ativos alternativos e que possui investimentos em outros portos, com destaque para o Porto de Itapoá, e a Porto Novo (37%), holding não operacional detida por 3 investidores locais pessoas físicas. A operação possui rating A+, pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis e dos direitos emergentes do contrato de arrendamento, alienação fiduciária dos equipamentos atuais e futuros do terminal e estrutura de contas reservas.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

RATL11

A Concessionária Rota do Atlântico é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como objetivo a administração de 44 km de vias que integram o Sistema Viária ao Complexo Industrial do Suape, localizado no estado de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil. O Contrato de Concessão foi assinado com o Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (Empresa Pública integrante do Governo do Estado de Pernambuco). A concessão se iniciou em novembro de 2011 e tem prazo de 35 anos. A via é utilizada, principalmente, para escoar cargas do Complexo Industrial do Suape, e para locomoção ao trabalho. A Companhia é uma das principais vias rodoviárias do estado de Pernambuco, ligando Recife à Ipojuca e passando por Cabo Santo Agostinho. Sua rodovia está estrategicamente localizada próxima à centros urbanos, complexos industriais e locais turísticos. A operação possui rating AA- pela Fitch e conta com pacote de garantias que conta com penhor de 100% das ações da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis da Emissora e da Conta Vinculada e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

HZTC14
HZTC24

A Orizon atua exclusivamente na fase final da cadeia de tratamento de resíduos e na prestação de serviços ambientais para clientes públicos e privados, sendo uma das companhias que mais gera créditos de carbono certificados no país. A Companhia processa o equivalente a 10% do total de resíduos urbanos com correta destinação no Brasil, atendendo aproximadamente 20 milhões de brasileiros por meio de 500 clientes. A Orizon presta serviços de destinação final de resíduos sólidos (lixo) por meio de 5 aterros sanitários já operacionais e dois em construção. Usando os próprios aterros como matéria, detém operação de venda de gás natural, produção de energia, venda de créditos carbono e valorização de resíduos. A companhia encontra-se em um momento de investimento, com a construção de uma planta de geração de energia e aquisição de outros 7 aterros. Apesar disso, o mercado é marcado por uma forte geração de caixa e barreiras à entrada. A operação possui rating AA pela S&P e selo verde emitido pela consultoria especializada Sitawi. Além disso, possui pacote de garantias composto por garantia corporativa, alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de recebíveis.

Rodovias do Brasil Holding S.A.

RODB11

A Rodovias do Brasil é uma holding detentora de 85% das ações da Rota das Bandeiras, concessionária responsável pela administração do Corredor Dom Pedro I, localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção nacional, já que liga a região de Campinas, que detém grande produção de equipamentos de informática, com o Vale do Paraíba, que detém o maior polo aeroespacial brasileiro, e com o Porto de São Sebastião no litoral norte, que exporta principalmente veículos, peças, máquinas e equipamentos. O corredor passa também por Paulínia, que abriga a Replan, maior refinaria da Petrobrás. A atuação da concessionária é viabilizada via contrato de concessão assinado em 2009, com prazo de vigência de 30 anos. Ao longo de sua história, a concessionária já investiu mais de R$ 3 bilhões em melhorias e expansões nas rodovias por ela administradas. A Rodovias do Brasil pertence ao Mubadala, um fundo de investimento soberano, que administra um portfólio diversificado de ativos e investimentos nos Emirados Árabes Unidos e no exterior, para gerar retornos financeiros sustentáveis para o seu acionista, o Governo de Abu Dhabi. Atualmente a empresa conta com US$ 243 bilhões que se estendem por seis continentes, vários setores e classes de ativos. A operação possui rating AA- pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto por alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora, somado a todos os dividendos e demais distribuições aos acionistas em virtude das ações e cessão fiduciária da conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora, na qual serão depositados recursos correspondentes a todos os lucros, frutos, bonificações, direitos, distribuições e demais valores atribuídos pela CRB à Emissora em decorrência das ações de emissão da CRB e de titularidade da Emissora.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

VSJH11

Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos, operacionais desde 2016, e com capacidade instalada de 141 MW. Os ativos estão localizados no estado do Ceará e apresentam longo histórico de geração. A Companhia tem como acionistas a Echoenergia, veículo de investimento em energia renovável do *private equity* Actis. Fundada em 2017, apresenta uma capacidade instalada em operação de 1.005MW, além de outros 206MW em construção. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

Descrição dos Ativos

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.	MTRJ19	O MetrôRio administra, mantém e opera as Linhas 1 e 2 do sistema metroviário da cidade do Rio de Janeiro (RJ), além de prestar serviços de operação, manutenção do material rodante, sistemas e infraestrutura para a Linha 4. Ao todo, essas três linhas somam 58 km de extensão, alcançando 41 estações e operando com 64 trens. O metrô da cidade do Rio de Janeiro foi o primeiro concedido à iniciativa privada no Brasil e é o segundo maior metrô do país em extensão de rede e quantidade de passageiros. O MetrôRio é controlado pelo Mubadala, companhia global de investimentos detida pelo governo de Abu Dhabi, que possui investimentos em mais de 50 países e em diversos setores, incluindo infraestrutura, energia, serviços públicos, imóveis, aeroespacial, metais, mineração, óleo e gás, petroquímicos e um portfólio global de holdings financeiras. Em 2020, a Mubadala possuía mais de US$240 bilhões de ativos sob gestão. O MetrôRio possui classificação de rating AA-(bra), pela agência Fitch e brAA, pela agência S&P. A operação conta com as receitas tarifárias, acessórias e demais direitos emergentes do contrato de concessão, presentes ou futuras, dadas em garantia, através de estrutura de contas reservas do serviço da dívida.
MEZ 5 Energia S.A.	MEZ511	A MEZ 5 faz parte do portfólio de ativos da MEZ Energia, composto por 11 lotes de linhas de transmissão de energia, localizados nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. A Mez Energia foi criada por membros da família Zarzur para aproveitar o know-how da mesma de mais de quatro décadas de atuação na construção civil. A MEZ 5 é o maior projeto de transmissão do portfólio do grupo e é composta por 2 subestações, um compensador estático e 4 linhas de transmissão que são fundamentais para o escoamento de energia na Região Metropolitana de Porto Alegre. A atuação da Companhia é viabilizada via contrato de concessão válido até 2051. A operação possui rating AAA pela Fitch e conta com um pacote de garantias, composto por fiança bancária do Itaú até o completion físico do projeto, alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária de direitos creditórios.
Geradora Solar Helio Valgas V S.A.	HVSP11	O complexo solar Hélio Valgas, localizado em Várzea de Palma (MG), terá capacidade instalada de 661MWp, entrando em operação a partir de meados de 2023 sob um contrato de fornecimento de energia de longo prazo (20 anos). O projeto está sendo desenvolvido pela Mercury Renew, subsidiária da Comerc, a quarta maior trading de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. A empresa tem um portfólio de projetos de energia superando 2GW de capacidade instalada. Por sua vez, a Comerc conta com uma robusta estrutura acionária, com presença da Vibra Energia, maior distribuidora de combustíveis do país, e a Perfin, renomada gestora de recursos com mais de R$ 25 bilhões sob gestão. O contrato de compra e venda de energia (PPA) foi firmado com a Liasa, uma das maiores produtoras de silício metálico do mundo. Os stakeholders do projeto são empresas líderes e reconhecidas internacionalmente em suas áreas, na qual a Comerc negociou garantias de longo prazo e conseguiu preços competitivos pelo grande pool de fornecedores interessados no projeto, uma vez que é um dos maiores do país no segmento. A operação conta com travas de redução de capital, distribuição de dividendos, novos mútuos/dívidas, piora nas condições dos contratos de venda de energia e pacote de garantias, composto por fiança das SPEs e da Comerc, alienação fiduciária das ações e dos equipamentos da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia e das contas vinculadas ao projeto.
Rio do Vento Expansão Subholding S.A.	RDVE11	A Rio do Vento Expansão Subholding S.A. (RDVE) é composta por quatro SPEs estabelecidas como produtoras independentes de energia elétrica, mediante a implantação e a exploração de uma central geradora eólica. Os parques eólicos estão localizados nos municípios de São Tomé, de Caiçara do Rio do Vento e de Lajes, todos no estado do Rio Grande do Norte, e totalizam 268,1 MW de capacidade instalada. Os projetos são controlados pela Casa dos Ventos Holding S.A., que detém 80% das ações da RDVE Subholding e é uma das companhias pioneiras e principais investidoras no mercado de energia renovável do Brasil. A Comerc Energia detém, indiretamente, os 20% restantes das ações e é a quarta maior trading de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. Os parques comercializaram energia no mercado livre, por meio de PPAs que têm duração média de 13,6 anos para o equivalente a 86,6% de sua garantia física líquida, e no ambiente regulado, com duração de vinte anos para o equivalente a 4,0% de sua garantia física líquida, totalizando 90,6%. As contrapartes dos PPAs possuem baixo risco de crédito e são eletrointensivas, tendo sido validadas junto ao banco financiador e submetidas a um processo de análise de crédito. A emissão possui rating AA pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por fiança bancária até a conclusão dos projetos, fiança das SPEs, alienação fiduciária das ações da RDVE e das SPEs, cessão fiduciária de recebíveis e da estrutura de contas da operação e a alienação fiduciária doa aerogeradores das SPEs.
UHE São Simão Energia S.A.	UHSM12	A companhia é detentora da concessão de exploração da UHE São Simão, 9ª maior usina hidrelétrica do país. Com um operacional desde 1978, a companhia passou por um processo de renovação da concessão em 2018, onde o Grupo SPIC (atual acionista) se sagrou vencedor, passando a ter o direito de explorar a usina até 2048. A companhia vendeu 70% de sua energia no mercado regulado em regime de cotas, onde recebe uma receita fixa pela operação e manutenção do ativo, onde assim, apresenta baixa exposição financeira ao risco hidrológico. A SPIC é a quinta maior geradora de energia elétrica da China, com ampla atuação global. A operação conta com o rating br AAA, pela S&P.

Disclaimer

Pretende-se com este material apenas divulgar informações e dar transparência à gestão executada pela Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. não significando oferta de compra ou venda de cotas do fundo. As informações contidas nesse material estão em consonância com o regulamento, porém não o substituem. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo, bem como das disposições acerca dos fatores de risco a que o fundo está exposto. Antes de tomar uma decisão de investimento de recursos no fundo, os investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar, cuidadosamente, todas as informações disponíveis no prospecto e no regulamento do fundo. O mercado secundário para negociação de cotas de fundos de investimento de infraestrutura listado pode apresentar baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das cotas que permita aos cotistas sua alienação, caso estes decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, os cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das suas cotas no mercado secundário, ou obter preços reduzidos na venda de suas cotas. Adicionalmente, os fundos de investimento de infraestrutura listados são constituídos sob a forma de condomínio fechado, não admitindo o resgate a qualquer tempo de suas cotas. O investimento do fundo de investimento de que trata este material apresenta riscos para o investidor. Ainda que a instituição administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O fundo de investimento de que trata este material não conta com garantia da instituição administradora, do gestor, do custodiante, de quaisquer outros terceiros, de mecanismos de seguro ou fundo garantidores de crédito - FGC. A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo poderão ser obtidos com o Administrador e o Gestor, através dos e-mails: ri.fii@interdtvm.com.br e ri@interasset.com.br

Site: https://www.interasset.com.br/fundos-renda-fixa/bidb11-inter-infra-fic

Contato: ri@interasset.com.br

interasset interdtvm

Signatory of:

PRI Principles for Responsible Investment

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos